



A TV Impressa: representações do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a televisão, 1950-1974¹

Eduardo Amando de BARROS FILHO²

Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis

RESUMO

Notícias, informações e comentários sobre temas ligados à formação, ao desenvolvimento, ao funcionamento e à regulamentação da televisão brasileira, assim como os relacionados com as possibilidades da utilização do meio para o avanço cultural e educacional do Brasil, quase sempre vistos a luz dos passos das televisões da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, se constituíram em uma dinâmica para jornal *O Estado de S. Paulo* se integrar ao debate e, quando possível, às ações relativas ao universo televisivo nacional. Noticiário e visões sempre formulados com base em pontos de vista de uma empresa jornalística familiar, sem interesse manifesto em operar emissora de TV e politicamente liberal, bem como dentro de um entrelaçamento da sua trajetória com a promoção e desenvolvimento nacional, notadamente em São Paulo.

PLAVRAS-CHAVE: imprensa impressa e TV; televisão brasileira; *O Estado de S. Paulo*.

Em meio a matérias ocupadas com 407º aniversário da cidade de São Paulo, a coluna “Rádio e Televisão” do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP), em sua edição de 25 de janeiro de 1961, informava e comentava sobre questões envolvidas com a cobertura televisiva que seria dispensada à posse de Jânio Quadros à Presidência da República, que se realizaria dali a seis dias. Além de informar aos leitores sobre a presença de jornalistas de diversos países, locutores de rádio, fotógrafos e cinegrafistas, a coluna destacou a presença da televisão brasileira para a transmissão ao vivo de tal cerimônia. Afirmava também que somente as cinco emissoras de São Paulo – consideradas como “assaz poderosas” – e as do Rio de Janeiro talvez pudessem realizar

¹ Trabalho apresentado no GP Televisão e Vídeo do X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrado em História pela FCL – UNESP/Assis e bolsista FAPESP, email: dudaabarroshotmail.com

aquela transmissão televisiva, pois as de Belo Horizonte, Porto Alegre e as de outras regiões não dispunham de condições para tal feito, quer pela distância que suas sedes se encontravam de Brasília, quer pela falta de postos de retransmissão que pudessem fazer a interligação de suas regiões com a capital federal. Não sem, entretanto, colocar em dúvida a capacidade das emissoras paulistas e cariocas de realizar eficazmente “tamanha proeza”, dado que a transmissão da inauguração de Brasília no dia 21 de abril de 1960 foi considerada como um “fiasco total”. Apesar de reconhecer o esforço e a capacidade dos técnicos daquelas emissoras, a coluna considerava que as transmissões diretas seriam realizadas “quase por magia”, tão grande a falta de material técnico quão intenso era o nível de improvisação para aquele fim. Por fim, opinava que a concorrência entre as redes de TV em situações como esta deveria ser deixada de lado, bem como sugeria que as “poderosas” emissoras paulistas se unissem – por meio do hoje chamado *pool* de emissoras – para a melhor transmissão possível daquele evento. Ademais, a coluna para reforçar sua sugestão às emissoras reportou-se a união dos potenciais das televisões norte-americanas para a realização de transmissão televisiva nacional³.

A matéria da coluna “Rádio e Televisão”, acima destacada, sintetiza bem a forma e algumas das principais preocupações que pautaram o jornal *OESP* ao noticiar e comentar as primeiras décadas de desenvolvimento da televisão brasileira. Notícias, informações e comentários sobre temas ligados à formação, ao desenvolvimento, ao funcionamento e à regulamentação da televisão brasileira, assim como os relacionados com as possibilidades da utilização do meio para o avanço cultural e educacional do Brasil, quase sempre vistos a luz dos passos das televisões da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, se constituíram em uma dinâmica para o jornal da família Mesquita se integrar ao debate e, quando possível, às ações relativas ao universo televisivo nacional. Noticiário e visões sempre formulados com base em pontos de vista de uma empresa jornalística familiar, sem interesse manifesto em operar emissora de TV e politicamente liberal, bem como dentro de um entrelaçamento da sua trajetória com a promoção e desenvolvimento nacional, notadamente em São Paulo.

O Estado de S. Paulo era, e ainda continua sendo, o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo em circulação, posto que fundado em 4 de janeiro de 1875. Denominado originalmente como *A Província de S. Paulo*. Pode-se dizer que a partir de

³ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jan. 1961, p. 9.

então o jornal foi crescendo com a cidade e influenciando cada vez mais a evolução política do país, com a enorme responsabilidade de ser um dos principais veículos de comunicação do estado de São Paulo. Em 1885, ingressou em sua redação Júlio César Ferreira de Mesquita, membro de uma família paulista de grandes produtores de café, que em pouco tempo passou a diretor. Desde então, a direção do jornal permaneceu nas mãos da família Mesquita. Em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, o jornal receberia sua atual designação, ocasião em que sua tiragem dobrou para 8 mil. Em 1902, Júlio Mesquita torna-se o único proprietário do *OESP*. De acordo com Sodré (1999, p. 368), o final da década de 1920 é caracterizado como uma fase de grande prosperidade para o jornal. Neste período, Júlio de Mesquita Filho já havia assumido, com o falecimento de seu pai, a direção de *OESP* juntamente com Nestor Rangel Pestana. Em 1930, *OESP* atinge a tiragem de 100 mil exemplares e lança aos domingos um Suplemento em Rotogravura, com grande destaque às ilustrações fotográficas. Entre meados dos anos 40 e início da década de 1950, Júlio de Mesquita Filho dedicou-se a ampliar e modernizar seu jornal por meio de novos investimentos e da compra de nova maquinaria⁴.

Segundo Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado (1980), o jornal *OESP*, em quase toda sua existência, defendeu um modelo político considerado ideal para o país sempre norteando-se pelos princípios liberais e consubstanciados na prática democrática. Destacando a defesa do direito de propriedade e dos demais direitos naturais do homem (como a liberdade, a igualdade, a justiça e a segurança) que devem ser assegurados pelo Estado. A democracia seria garantida pelo equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, protegendo a nação contra o perigo do predomínio no Executivo. O que valida o governo é a vontade expressa da maioria do povo através da opinião pública, da qual se considera intérprete. Pautou pela abrangência ante toda e qualquer espécie de extremismo. Sendo assim, delegou-se a tarefa de combater com igual vigor o modelo político proposto tanto pelo nazi-fascismo como pelo comunismo. Nessa linha, alertou inúmeras vezes a nação para a necessidade de se acautelar contra os extremismos quer de direita, quer de esquerda, argumentando que qualquer desses regimes, se instalados no poder, acarretaria irremediavelmente o fim das liberdades individuais (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 91-102).

⁴ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós-1930. (CD-Rom). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003; Alguns dados referentes aos avanços tecnológicos, novas instalações e a tiragem do jornal *OESP*, ao longo dos anos, foram retirados do site do próprio periódico paulista: <<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>>. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

Durante todo o transcorrer da chamada República Velha, o jornal se colocou ao lado dos contestadores do viciado sistema eleitoral conhecido pejorativamente como “bico-de-pena”, caracterizado pelo voto em aberto e manipulação fraudulenta. Em 1930, cooperou com a “Aliança Liberal” e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Em 1932, *OESP* e o Partido Democrático inconformados com o autoritarismo de Getúlio Vargas e com o tratamento hostil reservado a São Paulo pelos “tenentes”, formam uma aliança com alguns setores do PRP e articulam a chamada Revolução Constitucionalista de 32. Em outubro, com a derrota dos revolucionários paulistas, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita foram presos pelo governo de Vargas e expatriados para Portugal. No ano seguinte, no mês de agosto, Getúlio Vargas convida Armando de Salles Oliveira para ser interventor federal em São Paulo. Armando Salles, que era genro de Júlio Mesquita (já falecido então), impõe como condição para aceitar o posto a anistia aos revoltosos de 1932 e a convocação de uma assembleia constituinte. Assim, Júlio Mesquita Filho e Francisco Mesquita, além de dezenas de outros expatriados, retornam ao país. Opositor ao golpe do Estado Novo em 1937, Júlio de Mesquita Filho partiu para o exílio nos primeiros meses de 1938. Em março de 1940, o regime estadonovista assumiu o controle de *OESP*. Ao retornar ao Brasil em 1943, Mesquita Filho engajou-se novamente na luta política contra a ditadura varguista, participando ativamente das discussões pela revogação da Carta Constitucional de 1937⁵. Após reassumir a direção do jornal, e com a rearticulação partidária, em dezembro de 1945, não deixou de expressar seu apoio a políticos e propostas udenistas, posicionamento que se estenderia até 1964, o que permite caracterizar *OESP* como “folha oficiosa da UDN” (SILVA, 2008, p. 65).

Em 1964, o jornal apoiou o movimento civil-militar que depôs o presidente João Goulart. Apesar de defender a democracia, *OESP* entendia as atitudes de João Goulart como interferência demasiada do governante e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos, portanto, como alvo de resistência da sociedade civil. Deste modo, os proprietários do jornal acreditavam plenamente justificada a proposição rebelião armada contra um governo democraticamente instituído. No entanto, *OESP* entendia que a intervenção militar deveria ser transitória. Quando se evidenciava que os radicais de extrema direita aumentavam sua influência, objetivando a perpetuação dos militares no poder, o jornal retirou seu apoio e passou a fazer oposição. A partir de 1966, começou a

⁵ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós-1930. (CD-Rom). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003.

mudar de posição, publicando editoriais pessimistas quanto à evolução política nacional, embora mantivesse apoio aos “êxitos da revolução no campo econômico-financeiro”. Os excessos do regime são qualificados com a alcunha de “ditadura militar”, onde os governantes ultrapassam o poder a eles conferidos, e contrários ao liberalismo defendido pelo periódico. Em 1964 e 1968 a preocupação de *OESP* é a mesma, o abuso do poder por parte dos governantes, pecado capital nos parâmetros de uma democracia liberal. Em 1968, o periódico paulista passou a ser censurado pela sua posição contrária ao regime militar, resistindo com a denúncia da censura através da publicação de poemas de Camões e receitas culinárias, respectivamente, em lugar das notícias proibidas. Mais liberal que seus concorrentes, *OESP* parte na defesa do ideal de liberdade de imprensa, recebendo como contra partida a censura prévia que poupou os que aceitaram a autocensura (AQUINO, 1999, p. 38-54). Com o falecimento de Júlio de Mesquita Filho, no dia 12 de julho daquele ano, a direção do jornal foi assumida por Júlio de Mesquita Neto. A censura prévia ao periódico paulista só seria retirada em janeiro de 1975 com o projeto de distensão política iniciado pelo governo do general Ernesto Geisel⁶.

No âmbito cultural o *OESP* se destacou na formação da USP. Em 25 de janeiro de 1934, o então governador Armando de Salles Oliveira assinou o decreto de criação da Universidade de São Paulo (USP), uma idéia lançada pelo jornal ainda em 1927 através de uma campanha liderada por Júlio de Mesquita Filho. E ele próprio foi incumbido pelo governador de arregimentar os professores estrangeiros que viriam formar o corpo docente da Faculdade de Filosofia, com destaque para os jovens Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Pierre Monbeig, Ungaretti e outros. Na perspectiva do jornal da família Mesquita um dos fatores determinantes do caos político do país residia precisamente na ausência de uma elite intelectual, capaz de compreender os problemas de sua época e de dar a eles soluções adequadas. O preenchimento desse vazio intelectual foi tarefa que o *OESP* reservou às universidades, por cuja criação desencadeou intensa campanha. Somente assim, acreditavam os representantes do jornal, seria possível formular o problema brasileiro, tarefa a que somente os espíritos superiormente dotados e cultivados se poderão balancear, filtrando através dos vários estratos que constituem normalmente uma sociedade organizada e perfeitamente articulada, a ação das elites intelectuais, formadas no cadinho dos centros superiores de

⁶ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós-1930. (CD-Rom). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003.

cultura, refletir-se-ia a cultura popular (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 121-122). Ainda no campo cultural, foi lançado, em 1956, O Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo (SLOESP), caderno não só literário, mas artístico, criado pelo professor Antonio Candido Mello e Souza e dirigido por Décio de Almeida Prado, até 1966. Na época, jovens como Renina Katz, Marcelo Grassmann, Fernando Lemos e Antonio Lizárraga apresentaram trabalhos ao lado de nomes consagrados como Di Cavalcanti, Portinari, Lívio Abramo e Flávio de Carvalho (FERNANDES, 2007, p. 16-27).

No círculo dos proprietários de jornais era conhecida a rivalidade entre Júlio de Mesquita Filho e Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários e Emissoras Associados. Chateaubriand por diversas ocasiões deixou clara sua admiração por Júlio de Mesquita, para o qual pedira conselhos e recebeu ajuda em seu início como jornalista e em suas primeiras aquisições de periódicos. A admiração que nutria a Júlio de Mesquita não foi transferida a seu filho Júlio de Mesquita Filho, o qual, o proprietário dos Diários Associados, passou a ser inimigo declarado. As relações entre os dois se abalaram desde 1932 quando Mesquita Filho foi para o exílio e Chateaubriand passou a defender o governo varguista. Após esse episódio, com o passar do tempo, a desavença entre o estilo austero e recatado de Mesquita Filho e o comportamento histriônico, debochado e muitas vezes pouquíssimo ético de Chateaubriand acentuou ainda mais. O fim dessa animosidade só se deu às vésperas do golpe civil-militar de 1964. A reconciliação partiu de Assis Chateaubriand e foi aceita pelo dono de *OESP*⁷.

Ainda que a família Mesquita, proprietária de *OESP*, até onde é sabido, nunca tenha revelado publicamente interesse ou entrado em disputa por concessão de canal televisivo, o jornal cobriu os passos da televisão brasileira em todo o período de 1950-1974. Antes mesmo de a TV ser inaugurada no Brasil, *OESP* já divulgava os empreendimentos para a efetivação daquele meio através de propagandas e notas sobre exposições televisivas experimentais. Em 1950, podemos notar, neste periódico paulista, propagandas de cursos técnicos em rádio e televisão, assim como de aparelhos receptores, os quais eram anunciados pelas próprias empresas internacionais ou pelas grandes lojas de departamento. Fato que demonstra, antes mesmo das primeiras emissões regulares, o estabelecimento das primeiras relações entre esses dois meios de comunicação social, a imprensa impressa e a televisão, sendo que a primeira ainda era

⁷ MORAIS, 1994, *passim*.

necessária como um importante veículo de divulgação para o incentivo do consumo do segundo⁸.

O jornal *OESP* não dispensou à inauguração da TV Tupi o espaço que dedicaria às inaugurações das emissoras televisivas criadas posteriormente – fato compreensível dada desavença entre Júlio de Mesquita Filho e Assis Chateaubriand. Porém, desde a inauguração da Tupi, se ocupou com o temática “televisão” através de pequenas notas ou de colunas como “Artes e Artistas – Cinema – Rádio – Palcos e Circos” e “Notícias Diversas”. Em 1952, o periódico lança a coluna “Rádio e Televisão”. Dessa forma, o jornal dava provas de sua preocupação com o funcionamento da televisão, além de possibilitar que seu leitor ficasse bem informado sobre as questões do então novo meio de comunicação social eletrônico. Mas também era uma forma do proprietário de *OESP* acompanhar e se posicionar nos passos que Chateaubriand, concorrente direto, pudesse dar para ampliar, por vezes através de meios “escusos”, a sua posição no campo da comunicação social brasileiro. Tal seção se ampliaria paulatinamente em razão do lançamento das demais emissoras paulistas, incluindo suas respectivas grades de programação⁹.

O ritmo crescente de publicação de material sobre a TV no jornal acompanhou o do meio na vida nacional. Mais intensamente a partir da década de 1960, as páginas de *OESP* passaram a noticiar também fatos e acontecimentos relacionados diretamente com a interface entre o campo televisivo e o campo político nacional. Assim, o jornal noticiou e comentou a criação do Conselho Nacional de Telecomunicação e aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) – este, além de discutido, tal como fora com o Conselho, inclusive em editoriais, teve o seu texto publicado na íntegra pelo jornal¹⁰. De acordo com os seus editoriais, a principal preocupação do jornal com relação ao CBT era a de que este pudesse distorcer ou inutilizar regras assecuratórias de direitos públicos e privados, as quais julgava essenciais para a democracia. Em várias ocasiões, julgou seu texto original como centralizador em questões fundamentais nas mãos do Estado, sendo que este não se encontrava em condições de exercê-lo¹¹. O caso Globo/Time-Life e a sua CPI, e a discussão sobre a influência do capital estrangeiro nos meios de comunicação brasileiro foram amplamente tratados pelo *OESP*¹², o qual

⁸ Segundo a consulta às edições de *O Estado de S. Paulo*, publicadas entre 1 jan. e 31 ago. 1950.

⁹ Segundo a consulta às edições de *O Estado de S. Paulo*, publicadas entre 1950 e 1974.

¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 mai. 1963, p. 7.

¹¹ *Ibid.*, 6 jul., 4 ago e 21 nov. 1961; 8, 9, 10, 11, 12 e 13 jun. 1963.

¹² *Ibid.*, 3 set. 1965; 4 e 12 fev.; 22 abr.; 10, 12, 21, 26 e 29 mai.; 23 jun.; 2, 13 e 23 ago.; 7, 29 e 30 set.; e 8 dez. 1966; 16 fev.; 4 e 18 mar.; 12 abr.; 18 mai.; e 7 de jun. 1967.

também tratou do processo de implantação da TV em cores no Brasil¹³, transmissões via satélite, incêndios e crises das principais emissoras brasileiras¹⁴.

O jornal *OESP* sempre deixou clara sua posição contrária ao que julgava de “baixo nível cultural” na programação televisiva, posicionamento semelhante também aplicava ao rádio, meio que a família Mesquita começara, desde 1958, a atuar via Rádio Eldorado, de São Paulo. Inclusive, a programação da Rádio Eldorado fora citada pelo periódico paulista como exemplo de qualidade a ser seguido pelas emissoras de TV¹⁵. O jornal não concedeu espaço considerável às notícias ocupadas com frivolidades sobre a vida pessoal ou profissional de astros e estrelas da televisão, nem mesmo quando do avanço significativo do meio, no início dos anos de 1970. Dado que revela, em parte, a preocupação de *OESP* em formar e reforçar junto ao seu público leitor a opinião de que a televisão deveria ser pensada e tomada como meio promotor de cultura e da educação. Representação do jornal que possibilitava sua posição diferenciada em relação a outros periódicos, como, por exemplo, o *Diário de S. Paulo* e a revista *O Cruzeiro*, posto que amplamente noticiou, comentou, analisou e defendeu questões ligadas à face cultural-educativa da TV, assim como fez para o rádio¹⁶. A defesa da idéia de que a televisão era um meio de comunicação social que, assim como o rádio, devesse maior comprometimento com a educação e a cultura, fora uma constante nas páginas de *OESP*. Não por acaso, as páginas do jornal noticiaram com certa freqüência as primeiras iniciativas para a instalação daquele modelo de TV no Brasil, como a promovida por Roquette-Pinto, assim como não descuidou das iniciativas de governos ou concessionários a programas e emissoras cultural-educativas¹⁷.

Desde o início dos anos de 1950 e nas duas décadas seguintes, *OESP* veiculou, inclusive em editoriais, matérias tratando de temas como: necessidade de fiscalização dos programas de TV, supostos abusos das emissoras com relação aos horários de exibição dos programas, qualidade da programação televisiva e função educativa e cultural do meio. Já em 1954, o jornal constatou que a televisão estava “ganhando terreno”, tanto do teatro como do cinema. O veículo que no princípio era “tímido”, com

¹³ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 jun. e 17 jul. 1966; 17 mar.; 12 e 17 set.; e 15 out. 1967; 28 jul.; 6, 20 e 30 ago. 1969; 18 abr.; 4 jul.; e 10 dez. 1970; 17 e 25 set.; 14 out.; e 17 dez. 1971; 7 jan.; 5, 8, 17 e 20 fev.; 3 de mar.; 2 abr.; e 3 out. 1972; e 24 jun. 1973.

¹⁴ *Ibid.*, 7 jul. 1961; 4 mai.; 24 e 29 jul.; e 2 set. 1962; 30 jul. 1966; 19 jul. e 31 dez. 1968; 28 fev. e 15 jul. 1969.

¹⁵ *Ibid.*, 29 dez. 1968, p. 3.

¹⁶ *Ibid.*, 3 jan., 17 fev., 22 mar., e 12 nov. 1952; 3 mar. 1953; 20 set. 1957; 5 jan. 1958; 10 out. 1962; 19 dez. 1968; 30 jan. 1970.

¹⁷ *Ibid.*, 11 mar. 1952; 19 out. 1954; 4 abr. e 7 set. 1961; 30 out. 1962; 1º jan. 1964; 17 fev., 10 jun. e 2 ago. 1966; 23 mar. e 17 dez. 1967; 12 jun. e 24 nov. 1968; 28 ago. 1969; 29 ago. 1970; 16 jan., 24 jul. e 11 nov. 1971; 19 jan. e 18 fev. 1972.

programas “mal organizados”, naquele momento se encontrava “insinuante e sedutora”. Portanto, naquela altura, incontestavelmente, a televisão se constituía em um espetáculo de diversão pública. O jornal ressaltou que a Constituição Federal dispunha que era livre a manifestação de pensamento, sem que dependesse de censura, salvo quanto a espetáculos e diversão pública. Estabelecido este pressuposto, o jornal considerou a possibilidade de a televisão estar sujeita a censura prévia. Apesar de naquele momento considerar os programas televisivos de um modo geral “inofensivos” e que os dirigentes das emissoras ainda não haviam começado a fazer uso do poderoso instrumento que tinham em mãos. Mostrou que futuramente, em tese, abusos poderiam existir, dando margens a queixas que já surgiam, vagas, mas “justas”. Se era certo, ou quase, que a televisão não constituía naquele momento nenhuma ameaça à moralidade social, nada garantia que futuramente ela não poderia vir a ser um “agente de dissolução de costumes”¹⁸. Nesta direção, denunciou o descumprimento ou descuido das emissoras de regras quanto à indicação etária de conteúdos televisivos. Prática nem mesmo atenuada frente aos programas de televisão que o jornal, por vezes, considerasse como “culturalmente apropriados”. Expediente explicitado em matéria publicada no dia 30 de novembro de 1954, na qual o periódico denunciava que peças de teatro e filmes “com restrições etárias” eram transmitidos livremente por emissoras televisivas¹⁹.

Em outra frente de matérias ocupada com a televisão, o *OESP* publicava veementes e reiteradas críticas a uma gama de programas que considerava de “baixo nível cultural”, os quais geralmente eram de entretenimento e desfrutavam de grande popularidade. Alvos constantes desta campanha do jornal eram os programas humorísticos:

Várias vezes nós temos referido, nessa coluna, aos chamados “programas humorísticos” que, na maioria das vezes, não passam de repositórios de grossa pornografia. Num desafio à decência e as próprias leis que nos regem, tais programas se introduzem sorrateiramente nos lares, provocando, às vezes, situação de embaraço. (...). Não obstante os protestos que tal abuso tem provocado, grande parte das emissoras insiste em bater na mesma tecla²⁰.

Ainda sobre os programas de televisão “com muita impropriedade” chamados “espetáculos cômicos”, o periódico paulista emitiu a impressão de que algumas cenas não eram ensaiadas ou sequer lidas, pois não compreendia que pessoas de “bom-senso” deixassem passar certas “vulgaridades de evidente mal gosto”. Como exemplo citou um

¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 jan. 1954, p. 8.

¹⁹ *Ibid.*, 30 nov. 1954, p. 16.

²⁰ *Ibid.*, 31 jan. 1953, p. 6.

programa transmitido pela TV Record, no qual o comediante levou para a televisão o “mesmo espírito dúbio das comédias de teatro revista”, gerando um resultado “chocante”²¹. O *OESP* não deixou de frisar, ainda, a “demasiada” preferência dos produtores – “reflexo dos telespectadores” – por programas como as telenovelas. Dispondo de “elencos com maior ou menor experiência”, com textos “mais ou menos importantes literariamente”, o fato era que, segundo o jornal, raro era o dia em que uma das emissoras de televisão da capital paulista não exibia um programa de tele-teatro ou uma novela²². Os apresentadores de televisão também foram alvo de críticas pelo periódico paulista. Segundo o jornal, o “desejo insopitável de ser original” levavam os apresentadores a deixarem de lado o “bom senso e as boas normas da linguagem”²³. Silvio Santos recebeu atenção especial por parte do jornal em decorrência de sua “demonstração de desprezo pela nossa língua e pela gramática portuguesa”. Analisando apenas um programa dominical, o periódico citou uma série de erros gramaticais, praticados em diferentes quadros, por aquele apresentador²⁴.

Sendo os humorísticos, as telenovelas e os programas de auditório os principais tipos televisivos “perseguidos” pelo *OESP* devido ao que chamava de “baixo nível cultural”, este não hesitou em publicar a entrega de um memorial, elaborado por entidades que congregavam em seus quadros “pais de família e educadores”, ao chefe do Serviço de Diversões Públicas da Guanabara, reivindicando pela moralização dos programas de rádio e televisão. Segundo o periódico, o manifesto afirmava seu especial repúdio às novelas e programas humorísticos que apelavam para o nudismo e “danças indecentes”, que apresentavam “invertidos sexuais”, malandros e outros tipos sociais, assim como “situações unívocas”, “diálogos grosseiros e vulgares”. Assinaram o manifesto associações como A Campanha pela Democracia, Comitê Brasileiro da Organização Mundial de Educação Pré-Primária, Confederação Evangélica do Brasil, Ação Católica Independente e muitas outras²⁵.

No início da década de 1960, o *OESP* constatou, em sua coluna “Rádio e Televisão”, que apesar do aumento de emissoras, “infelizmente nada surgiu de novo, a não ser uma nítida quebra de qualidade, em alguns programas”. Posicionou como incompreensível o motivo pelo qual a maioria dos novos elementos do meio artístico e

²¹ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 mai. 1960, p. 13.

²² *Ibid.*, 14 ago. 1957, p. 6.

²³ *Ibid.*, 22 mai. 1960, p. 13.

²⁴ *Ibid.*, 24 jun. 1969, p. 14.

²⁵ *Ibid.*, 9 set. 1964, p. 6.

técnico perdiam rapidamente o entusiasmo e ficavam iguais aos “piores veteranos”. A coluna salientou que continuava havendo um Cassiano Mendes, uma Cacilda Lanuza, uma Maria Teresa Gregori, grandes concertos, grandes teatros, enfim, artistas e programas que se distinguiam há anos. Entretanto, o número de artistas e programas, antigos e novos, de “má qualidade” era muito maior que aqueles. Segundo o jornal, o *Show 707* de categoria internacional em 1959, naquele momento estava irreconhecível. Virginia Lane se eternizava e não conseguia melhorar de maneira alguma. No setor de música popular, a ausência de Maisa era muito sentida. Assim como, Manuel de Nóbrega parecia atravessar uma fase menos feliz²⁶.

A qualidade técnica das propagandas também foi questionada pelo jornal no início da década de 1960. Pois, segundo *OESP*, os pequenos anúncios nunca eram renovados. Surpreendia-se com publicitários que pareciam não se atentar para os comerciais com as fitas já velhas e o som às vezes inaudível. Segundo o periódico, tais propagandas não serviam para recomendar um produto, muito pelo contrário, a reação do telespectador só poderia ser de desagrado²⁷.

O periódico da família Mesquita repetidas vezes buscou frisar o “sucesso” dos poucos programas culturalmente relevantes oferecidos pelas emissoras comerciais. Essa era a forma de *OESP* tentar incentivar produtores televisivos e o seu público leitor a “congregarem” forças para imprimir à nascente televisão brasileira um ritmo distante do “puramente comercial” e “culturalmente irrelevante”. Expediente aplicado, sobretudo, à sua coluna “Rádio e Televisão”, como bem ilustra o conteúdo da edição de 17 de outubro de 1956: “Fazem falta, no rádio e na televisão, determinados programas de nível cultural ambicioso e que, nas raras vezes que foram apresentados, obtiveram êxito incontestável”. Como exemplo o jornal citou a TV Record, uma emissora televisiva “de cunho nitidamente popular”, a qual apresentou uma série de programas de declamação de poesias pelo ator João Villaret, com fundo musical do pianista Armando Rodrigues. Já pelo Canal 3 foi apresentado em duas oportunidades o grupo “Jograis de São Paulo”. Tais programas haviam recebido, segundo estatísticas, uma numerosa audiência, o que justificava que os responsáveis pela orientação artística das emissoras estudassem a apresentação, em caráter permanente, de tais “espetáculos”²⁸. Outros programas também foram indicados pelo *OESP* como “relevantes”, como a série de documentários exibidos

²⁶ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jan. 1961, p. 15.

²⁷ *Ibid.*, 10 mai. 1961, p. 12.

²⁸ *Ibid.*, 17. Out. 1956, p. 9.

pela Canal 7 denominada *Meio Dia*, que constituía-se em “uma verdadeira obra de arte pela maneira como foi filmada”. As atrações internacionais habitualmente apresentadas pela TV Paulista, segundo o periódico, exibiam um “bom gosto fora do comum”, como o *Los Chavales de España*, possuidor de um conjunto de “elevado mérito artístico”²⁹. O jornal buscava ainda ressaltar programas que incentivassem o escritor nacional, como o concurso *Procura-se um tele-autor*, promovido pela TV Record³⁰, e a “teimosia elogiável” daquela emissora, trazendo a São Paulo o que havia de melhor no campo das atrações mundiais, como as apresentações de Louis Armstrong e Ella Fitzgerald³¹.

Por diversas vezes foi lastimada pela coluna “Rádio e Televisão” a ausência “quase que completa” de programas “didáticos e explicativos” na televisão brasileira. Julgava ser totalmente falsa a argumentação de que eles não eram interessantes porque “as massas” não queriam saber de “arte” e que portanto sua apresentação televisiva seria inútil. Segundo o periódico, acontecia exatamente o oposto. Desde que programas daquela natureza fossem preparados de maneira em que os telespectadores “menos cultos” pudessem compreendê-los, eles despertariam o maior interesse. Como prova desta afirmação foi citada a ocasião em que Radah Abramo tratou, pela TV Tupi, de “problemas de arte”, não registrando, segundo as empresas encarregadas de consultar a opinião pública, qualquer baixa nos índices de audiência do horário. Ainda segundo o jornal, após os argumentos para a não exibição de programas daquela natureza serem desmentidos um a um, as emissoras afirmavam que não haviam patrocinadores interessados por eles. Diante de tal explicação, ressaltou que as emissoras já obtinham lucros suficientes para se permitirem o “luxo” de custearem elas próprias “um programa cultural de alto nível”³². Ademais, o OESP cobrou um maior incentivo por parte do governo, em forma de patrocínio ou em facilidades, como acesso a determinadas fontes e documentos relevantes para a produção de programas que levassem “cultura” ao público através de um veículo de “vasta penetração” como a televisão³³.

O jornal, ao mesmo tempo, buscava informar aos seus leitores o que acontecia nas televisões do mundo ocidental, notadamente as da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, utilizando os exemplos da programação cultural e educativa e do funcionamento daquelas televisões como parâmetros às discussões sobre a televisão

²⁹ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 1957, p. 13.

³⁰ *Ibid.*, 31 dez. 1957, p. 9.

³¹ *Ibid.*, 8 jan. 1961, p. 15.

³² *Ibid.*, 20 nov. 1960, p. 22.

³³ *Ibid.*, 7 jan. 1962, p. 7.

brasileira. Este último expediente freqüentemente se materializava em uma frase de uma pequena nota ou num parágrafo de uma matéria maior ocupados em noticiar sobre práticas televisivas estrangeiras. Ação bastante pulverizada entre as edições dos anos 50, mas também na década de 1960 e início da de 1970³⁴.

Exemplos lapidares dessa prática, aplicada a programas educativos, são expressos em três matérias da coluna “Rádio e Televisão”. A primeira, publicada na edição de 27 de janeiro de 1957, noticiava a iniciativa porto-riquenha de instalação de um curso de educação ginásial via televisão, e acrescentava um parágrafo que preconizava iniciativas similares à televisão brasileira, ainda que considerasse as diferenças entre o quadro televisivo brasileiro e o de Porto Rico. No dia 28 de fevereiro de 1958, a coluna noticiava várias iniciativas de universidades norte-americanas que estavam fazendo usos experimentais da televisão em seu processo pedagógico, e o jornal enfatizava, com pequeno comentário, o fato de a televisão brasileira ainda não apresentar ou sequer se movimentar para um único programa educativo que fosse. Meses depois, na edição do dia 24 de agosto, a coluna noticiava sobre programa educacional transmitido pela televisão nova-iorquina ocupado em ensinar a língua inglesa para imigrantes, e novamente o jornal acrescentava comentário sucinto sobre a ausência de programas educativos na tela da televisão brasileira.

A BBC na maioria das vezes era retratada pelo *OESP*, através de sua coluna “Rádio e Televisão”, como “exemplo a ser seguido”. Possuidora de programas com um “nível intelectual ambicioso”, com dramatizações de “grandes obras da literatura”, com os serviços de reportagens “mais perfeitos do mundo”, onde a publicidade era feita de maneira “eficiente”, sem interromper os programas e não incomodando o telespectador³⁵. A coluna chegou até a mencionar a seguinte questão: “Será que algum dia – e permitindo a legislação do País – uma estação desse tipo será viável no Brasil?”³⁶. Já a televisão norte-americana, no geral, era apontada como possuidoras dos mesmos problemas que à brasileira, essencialmente do gênero chamado “comercial”, com excesso de anúncios nos intervalos dos programas cujo nível artístico era “nitidamente fraco”, salvo “raras exceções”³⁷.

³⁴ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 jan. e 2 nov. 1956; 17 e 24 fev., 4 ago., 8 out. e 23 dez. 1957; 12, 19 e 22 jan.; 12 fev.; e 16 dez. 1958; 10 set. e 8 dez. 1961; 4 mai. e 29 jun. 1962; 21 mar. 1964; 22 fev. 1966; 17 mar. 1967; 1 fev. 1968; 30 ago. 1969; 18 abr. 1970; 7 mar. 1971; 7 jan. 1972; 27 set. 1973; 17 fev. 1974.

³⁵ *Ibid.*, 8 e 15 dez. 1957 e 26 fev. 1961.

³⁶ *Ibid.*, 26 fev. 1961, p. 9.

³⁷ *Ibid.*, 17 mar. 1957; 30 mar. e 22 jun. 1961.

A TV Cultura de São Paulo foi tema recorrente nas páginas de *OESP*. É certo que o jornal noticiou mais amplamente e com maior frequência a segunda fase da emissora, já sob o modelo de TV pública e a direção da Fundação Padre Anchieta. No período em que a emissora era de propriedade de Assis Chateaubriand, o jornal publicava apenas pequenas notas sobre a TV Cultura, ainda assim, bastante pulverizadas em suas edições e com certa preponderância quando a emissora começou a investir mais detidamente em programação educativa, como, por exemplo, no caso do programa *Curso de Admissão*, iniciado em 1961 e voltado para alunos do então quarto ano primário que se preparavam para prestar concurso de ingresso ao denominado ensino ginasial³⁸.

A posição de *OESP*, afirmada acima, e do jornal ao longo das duas primeiras décadas da televisão no Brasil, pode ser elucidada, tomando como exemplo a coluna onde geralmente eram tratados assuntos relacionados à cidade de São Paulo, que nessa ocasião veiculou com o título “Educação pela TV”. A coluna reporta que um dos grandes problemas de ordem espiritual da população de São Paulo, não só da cidade mas de todo estado, prendia-se, até 1969, ao “baixo nível cultural” dos programas de televisão, veículo que estava irremediavelmente participando do estilo de vida da maioria da população. Além de incorporada aos costumes paulistas, a televisão vinha determinando continuamente alterações e mudanças na própria psicologia social dos telespectadores paulistas, no mais das vezes para pior, em razão dos “maus exemplos”, “modismos”, “estultices” e “imoralidades” transmitidas em programas ditos de “grande audiência”. Mas, como era enfatizado na coluna, o advento da TV Cultura deveria ser festejado pelos paulistanos e paulistas, não apenas porque soube planejar, organizar e introduzir “programas de alto nível”, tanto no campo da difusão artística e dos conhecimentos gerais, quanto no da própria educação formal e de caráter ilustrativo³⁹.

O jornal *O Estado de S. Paulo* deu ampla cobertura à formação e o desenvolvimento da televisão brasileira, não hesitando em atentar seus leitores para o vasto campo de atuação possível à televisão. Antes mesmo das primeiras emissões regulares, já se estabeleciam as primeiras relações entre o periódico e aquele meio de comunicação social. Dentro de sua linha editorial, através de notícias, informações e comentários, *OESP*, assim como outros periódicos, deu uma importante contribuição

³⁸ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 abr. e 27 jun. 1961.

³⁹ *Ibid.*, 3 set. 1969, p. 20.



para o desenvolvimento do campo televisivo brasileiro, que passou a possuir uma enorme abrangência social capaz de formar e influir em questões nacionais e internacionais, bem como colaborar sobremaneira para alterar comportamentos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência, O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUSETTO, Áureo. A Mídia Brasileira como Objeto da História Política: perspectivas teóricas e fontes. IN: SEBRIAN, R. N. N. et. al. (Orgs.). *Dimensões da Política na Historiografia*. Campinas: Pontes Editores, 2008.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino* (Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”). São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós-1930. (CD-Rom). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003.

FERNANDES, Ana Candida Franceschini de Avelar. A. *Artistas plásticos no Suplemento Literário de O Estado de São Paulo (1956-1967)*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, período 01/1950 – 12/1974.

PONTES, José Alfredo Vidigal. *Grupo Estado: resumo histórico*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>>. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945 – 1948*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.